

Weber Luiz de Oliveira

EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA E FEDERALISMO

**A Produção do Direito pelos Estados
no Contexto da Desjudicialização da
Administração Pública**

2024



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

INTRODUÇÃO.....	27
-----------------	----

PARTE 1 DESJUDICIALIZAÇÃO

Capítulo 1

CARACTERÍSTICAS	37
-----------------------	----

Capítulo 2

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS	45
-----------------------------------	----

Capítulo 3

CAUSAS	51
--------------	----

3.1. Crise do Poder Judiciário. Judicialização.....	51
---	----

3.2. Crise do Poder Legislativo	62
---------------------------------------	----

3.3. Eficientização e Celeridade Processuais	73
--	----

3.4. Cidadania e Empoderamento das Partes.....	75
--	----

Capítulo 4

MOVIMENTOS NORMATIVOS.....	79
----------------------------	----

4.1. Lei da Arbitragem.....	79
-----------------------------	----

4.2. Cartórios Extrajudiciais. Direito Notarial e Registral.....	81
--	----

4.2.1. Separação e Divórcio. Inventário e Partilha.....	82
---	----

4.2.2. Usucapião Administrativa.....	84
--------------------------------------	----

4.2.3. Demarcação e Divisão de Terras.....	88
--	----

4.2.4. Direitos de Personalidade. Alteração de Gênero e Nome.....	89
---	----

4.3. Execução Hipotecária.....	95
--------------------------------	----

4.4. Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel.....	97
--	----

4.5. Código de Processo Civil de 2015.....	98
4.6. Lei da Mediação	103
4.7. Projetos Legislativos.....	105
4.7.1. Desjudicialização da Execução Civil.....	105
4.7.2. Cessão de Créditos Tributários para Iniciativa Privada.....	116

Capítulo 5

DESJUDICIALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	121
5.1. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	122
5.2. Transação.....	124
5.2.1. Termo de Ajustamento de Conduta.....	125
5.2.2. Acordo de Não Persecução Civil.....	127
5.2.3. Transação Tributária.....	130
5.3. Súmulas e Pareceres Vinculantes	132
5.3.1. Reflexos dos Precedentes Judiciais Vinculantes na Administração Pública	133
5.4. Mediação e Conciliação.....	135
5.5. Arbitragem na Administração Pública.....	140

PARTE 2

EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA

Capítulo 1

PREVIAMENTE. A EXECUÇÃO FISCAL JUDICIAL.....	147
1.1. Lei da Execução Fiscal	147
1.2. Ineficiência e Ineficácia.....	152
1.3. Relatórios do Conselho Nacional de Justiça. Gargalos da Execução Fiscal Judicial.....	159

Capítulo 2

CARACTERÍSTICAS DA EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA	163
2.1. Processo Administrativo Tributário	163
2.2. Ação de Direito Material.....	168
2.3. Desapossamento Patrimonial	172

Capítulo 3

PROJETOS LEGISLATIVOS SOBRE EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA	175
--	-----

Capítulo 4

LIMITES PARA EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	185
4.1. Direito de Propriedade	185
4.2. Direito de Ação Processual – Inafastabilidade do Controle Jurisdicional ou Reserva de Jurisdição	188
4.3. Título Executivo Unilateral	191
4.4. Parcialidade.....	192

Capítulo 5

POSSIBILIDADES PARA EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	195
5.1. Legalidade.....	195
5.1.1. Norma de Processo. Competência da União.....	196
5.2. Impessoalidade	197
5.3. Imperatividade ou autotutela administrativa	199
5.4. Devido Processo Legal Administrativo	202
5.5. Inexistência de Reserva de Jurisdição	207

PARTE 3**FEDERALISMO E PRODUÇÃO DO DIREITO PELOS ESTADOS-
-MEMBROS PARA EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA***Capítulo 1*

FEDERALISMO.....	213
1.1. Origens e Características do Federalismo.....	213
1.2. Federalismo na Constituição do Brasil.....	229
1.2.1. Classificação e Repartição de Competências Federativas.....	241
1.2.1.1. Crítica ao Princípio da Predominância dos Interesses.....	245
1.2.2. Os Estados-Membros na Federação brasileira	249
1.2.3. Centralização Política-Jurídica do Ente Central, Fortalecimento das Competências da União e Enfraquecimento das Competências Estaduais	252

Capítulo 2

PRODUÇÃO DO DIREITO E COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DOS ESTADOS-MEMBROS.....	265
2.1. Os Estados-Membros como Entes Normativos.....	266
2.2. Competências Legislativas dos Estados-Membros na Constituição Federal ..	267
2.2.1. Competência Legislativa Exclusiva.....	268
2.2.2. Competência Legislativa Concorrente.....	269
2.2.2.1. Competência Legislativa concorrente suplementar.....	271
2.2.3. Competência Legislativa Delegada.....	275
2.2.4. Competência Legislativa Reservada, Remanescente ou Residual	276

Capítulo 3

FEDERALISMO PROCESSUAL. NORMA DE PROCESSO E NORMA DE PROCEDIMENTO	279
3.1. Execução Fiscal Administrativa como Norma de Processo	282
3.1.1. Estabelecimento de normas gerais processuais.....	283
3.2. Execução Fiscal Administrativa como Norma de Procedimento.....	285

Capítulo 4

AUTONOMIA NORMATIVA DA EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NOS ESTADOS-MEMBROS COMO FORMA DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	291
4.1. Interconexão das Competências Materiais e Legislativas.....	297
4.1.1. Princípio da Subsidiariedade.....	299
4.2. Teoria dos Poderes Implícitos.....	302
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	307
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317